

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>IX</b>
<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>XIII</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	<b>XIX</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1. QUESTÕES FUNDAMENTAIS A RESPEITO DA COISA JULGADA</b> .....	<b>7</b>
1.1 Origem e evolução histórica do instituto da coisa julgada .....	7
1.2 A finalidade da coisa julgada no ordenamento jurídico e os valores jurídicos tutelados pelo instituto .....	32
1.3 O <i>status</i> constitucional da coisa julgada .....	51
1.4 Conceito de coisa julgada e a polissemia do termo	58
1.4.1 Coisa julgada formal e coisa julgada material .....	63
1.4.2 Limites da coisa julgada .....	69
1.4.2.1 <i>Limites objetivos</i> .....	70
1.4.2.2 <i>Limites subjetivos</i> .....	84
	<b>XXI</b>

1.4.2.3 <i>Limites temporais</i> .....	94
<b>2. PRECEDENTES VINCULANTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL: CIVIL LAW, COMMON LAW OU UM TERTIUM GENUS? .....</b>	<b>101</b>
2.1 <i>Common Law</i> : uma breve incursão histórica e características fundamentais .....	101
2.1.1 Origem e evolução histórica do “ <i>Common Law</i> ” .....	103
2.1.1.1 O conceito de Direito no “ <i>Common Law</i> ” .....	113
2.1.1.2 Fontes do direito .....	117
2.1.1.2.1 Os precedentes .....	117
2.1.1.2.2 A lei .....	126
2.1.1.2.3 Os costumes .....	130
2.1.1.2.4 A doutrina e a razão .....	133
2.1.1.3 Método jurídico no <i>Common Law</i> ..	135
2.1.1.4 O “ <i>Common Law</i> ” na Inglaterra e nos Estados Unidos da América: encontros e desencontros .....	142
2.1.1.4.1 A origem do <i>Common Law</i> nos Estados Unidos da América .....	142
2.1.1.4.2 A estrutura do <i>Common Law</i> nos EUA .....	147
2.1.1.4.3 Os precedentes nos EUA .....	153
2.1.1.4.4 A lei nos Estados Unidos da América	155
2.2 A racionalidade de precedentes no Brasil: <i>Civil Law</i> , <i>Common Law</i> ou “ <i>tertium genus</i> ”? .....	157

2.2.1	Um breve histórico da evolução do sistema jurídico-processual brasileiro para um pretense modelo de valorização dos precedentes .....	158
2.2.2	Uma análise crítica do abraileirado modelo de “precedentes” .....	163
2.2.3	Ainda os precedentes no Brasil: proposta para a construção de um modelo .....	181
2.2.3.1	<i>O que faz de uma decisão um precedente?</i> .....	184
2.2.3.2	<i>Para a existência de um modelo de precedentes no Brasil: mudanças estruturais e culturais</i> .....	188
2.2.3.3	<i>Para a existência de um modelo de precedentes no Brasil: o contributo do CPC/2015 para um regime metodologicamente adequado</i> .....	196
2.2.3.3.1	<i>O princípio da cooperação</i> .....	198
2.2.3.3.2	<i>A motivação estruturada das decisões judiciais</i> .....	203
2.2.3.3.3	<i>Uniformidade, estabilidade, coerência e integridade das decisões judiciais: o art. 926 do CPC</i> .....	212
2.2.3.3.4	<i>Síntese conclusiva</i> .....	239
<b>3.</b>	<b>A REVISÃO DA COISA JULGADA FUNDAMENTADA EM PRECEDENTES VINCULANTES .....</b>	<b>241</b>
3.1	Brevíssima recapitulação do problema.....	241
3.2	A evolução histórica de instrumentos rescisórios fundamentados em precedentes: da criação à revisão da súmula 343 do STF .....	245

A RESCISÃO DA COISA JULGADA COM BASE EM PRECEDENTES DO STF E DO STJ:  
UMA ANÁLISE CRÍTICA NO PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

3.2.1	O RE n. 590.809 (tema 136 do CTF) e a expansão da “ratio decidendi” veiculada no RE n. 328.812 ED .....	257
3.2.2	Os temas 881 e 885 do STF .....	264
3.3	Os limites à revisão da coisa julgada com base em precedentes .....	272
3.3.1	Os limites necessários ou obrigatórios .....	275
3.3.1.1	<i>O limite institucional</i> .....	275
3.3.1.2	<i>O limite metodológico</i> .....	283
3.3.1.3	<i>O limite assecuratório</i> .....	297
3.3.1.4	<i>O limite temporal</i> .....	306
3.3.1.4.1	<i>O limite temporal, o regime rescisório do art. 535, §§ 5º e 8º do CPC, e suas particularidades</i> .....	310
3.3.2	O limite eventual .....	324
3.3.2.1	<i>O limite judicativo</i> .....	325
3.4	A revisão da coisa julgada pautada em precedentes vinculantes e as relações jurídicas de trato sucessivo.....	329
<b>4.</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>337</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>347</b>